

CEDI	EDUCAÇÃO POPULAR E ESC. POPULAR
documentação	
N.º	EHD 00007
Data	27/08/90

SEMINÁRIO SOBRE ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS
Porto Alegre, RS - 30 e 31 de Out. e 1.º de Nov. de 1989
Faculdade de Educação da UFRGS

EDUCAÇÃO DE ADULTOS NO BRASIL

Maria Clara Di Fierro Siqueira*

I. Breve Histórico da Educação de Adultos no Brasil

A. Primórdios

A tradição legislativa brasileira quanto aos direitos educacionais é liberal, mas a história registra um fosso entre aquilo que se proclamou no plano jurídico e o que se consubstanciou na política educacional.

A primeira Constituição brasileira, de 1824, já consagrava o direito à "instrução primária e gratuita para todos os cidadãos". Ainda que a norma constitucional reflita uma inspiração iluminista, o conceito de cidadania então vigente excluía tanto a população negra submetida à escravidão quanto os brancos que não fossem proprietários. Esta não foi, porém, a única causa da distância entre o texto legal e a prática. O ato adicional de 1834 atribuiu aos governos provinciais a promoção da educação básica, ficando o Governo Imperial responsável pela educação das elites, delegando assim à fragilidade financeira das Províncias a educação da maioria da população mais carente. O resultado desta política pode ser aferido pelos censos de 1872 e 1890, que registraram 82% da população acima de 5 anos analfabeta.

A concepção federalista que presidiu a primeira Constituição Republicana de 1891 reproduziu a tendência de delegar a educação básica das camadas populares aos escassos recursos dos governos municipais e estaduais, enquanto o Governo Federal se responsabilizava pela educação média e superior, à qual somente as elites tinham acesso. Se na República o estatuto da cidadania passara a incluir a população negra, os analfabetos foram excluídos do direito ao voto, marginalizando-se politicamente quase 80% da população adulta que permanecia iletrada.

Em 1920, trinta anos após a proclamação da República, 72% da população com idade superior a 5 anos permanecia analfabeta. Neste período, a alfabetização dos adultos não se distinguiu da instrução da população infantil, preocupação esta que só se formalizará na década de 40.

* Assessora do Programa Educação e Escolarização Popular do Centro Econômico de Documentação e Informação - CEDI; São Paulo.

B. A conquista de um espaço próprio

A Revolução de 1930 rompeu a tradição federalista da República Velha, estruturando o setor público a partir do governo central, que passou a intervir decisivamente nas políticas sociais.

A Constituição de 1934 avançou nesta direção, estabelecendo o ensino primário obrigatório e gratuito, propondo um plano nacional de educação, definindo as competências da União, Estados e Municípios em matéria educacional e vinculando receita para a manutenção e desenvolvimento do ensino. Pela primeira vez a Lei mencionou explicitamente que o ensino primário gratuito deveria estender-se aos adultos.

A política educacional do Estado Novo contemplaria a educação dos adultos na década de 40. Em 1942 fora criado o Fundo Nacional do Ensino Primário (FNEP), cuja regulamentação em 1945 reservou 25% dos recursos para a educação supletiva de jovens e adultos. Em 1947 foi criado o Serviço de Educação de Adultos do Departamento Nacional de Educação que, sob a direção de Lourenço Filho, desencadeou a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA). Os convênios de repasse de recursos do FNEP obrigavam a criação de serviços de educação de adultos nos Estados e Municípios, o que induziu a implantação de estruturas administrativas e o atendimento escolar aos adultos nas diversas esferas de governo.

A alfabetização de adultos recebeu um impulso adicional no período pós-guerras, quando a recém criada Unesco incentivou a promoção de campanhas de alfabetização em países que apresentavam baixo nível de instrução, concebendo a educação como instrumento de preservação da democracia.

Além da CEAA, outras campanhas de alfabetização de adultos foram implementadas na década de 50: a Campanha Nacional de Educação Rural (1952) e a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (1958).

Os índices de analfabetismo da população com 5 anos ou mais regrediram significativamente neste período, declinando de 61,1% em 1940 para 57,1% em 1950 e 46,7% em 1960. A maior parte dos pesquisadores tende a creditar esse fenômeno antes à ampliação das redes escolares que às campanhas de alfabetização de adultos, cujos resultados em termos pedagógicos são questionáveis:

"(...) las campañas lanzadas a partir de la mitad de los años 40 fueron esencialmente rurales, considerando que la mayor parte de la población de estos países (y por lo tanto la mayoría de los analfabetos) se encontraba en el campo. Esta característica suponía la incorporación de profesores improvisados, sin formación pedagógica y muchas veces con muy pocos conocimientos sistemáticos y elaborados más allá del dominio de las técnicas de lectura, escritura y cálculo elemental.

De modo general se puede afirmar que, en sus primeros años de funcionamiento, las campañas obtuvieron algún éxito. Grandes contingentes de analfabetos se inscribieron en las clases de alfabetización. Sin embargo, a partir del tercer año de actuación las campañas tendieron a declinar, entre otros motivos porque - ya atendida la demanda por alfabetización en aquellos que de hecho necesitaban del dominio de las técnicas de lectura y escritura en su vida diaria - surgieron dificultades de reclutamiento, aumentó la deserción y la enseñanza frecuentemente se redujo al dibujo del nombre del alumno, necesario en muchos países para su incorporación al contingente de electores.

De un modo general, las campañas no se preocuparon por utilizar material diversificado de acuerdo a la región y a la realidad de la población, presentando el mismo en las ciudades y en el campo. Tampoco mostraron especial preocupación por adecuarse a un público adulto. En general, estaban apoyadas en una visión prejuiciada del analfabeto visto como "inmaturo", "inculto", "paria dependiente". (...) En lo que concierne a la alfabetización propiamente, muchas investigaciones han comprobado muy elevados índices de regresión al analfabetismo, especialmente en las áreas rurales, donde las posibilidades de utilización de la lectura y la escritura en la vida cotidiana son más escasas." (PAIVA, 1988, p.16-17).

Afinal, não se configurara um pensamento pedagógico próprio à educação de adultos, o que só viria a ocorrer em fins dos anos 50.

C. A conquista de um modo de pensar próprio

No final da década de 50 a eficácia das campanhas de alfabetização em massa, a precariedade da reflexão pedagógica na educação de adultos e o preconceito em relação aos analfabetos começaram a ser questionados pelos educadores. Um marco neste processo foi o II Congresso Nacional de Educação de Adultos, ocorrido no Rio de Janeiro em 1958, onde o grupo da Universidade Federal de Pernambuco liderado por Paulo Freire introduziu suas idéias.

"Marcava o Congresso um novo período na educação de adultos no Brasil, aquele que se caracterizou pela intensa busca de maior eficiência pedagógica e por inovações importantes neste terreno, pela reintrodução da reflexão sobre o social no pensamento pedagógico brasileiro e pelos esforços realizados pelos mais diversos grupos em favor da educação da população adulta para a participação na vida política da Nação." (PAIVA, 1983, p. 210)

O início da década de 60, caracterizado por intensa turbulência política e social, deu lugar a uma série de movimentos de alfabetização de adultos e cultura popular desenvolvidos nesta perspectiva: o Movimento de Educação de Base, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil; o Movimento de Cultura Popular do Recife; os Centros Populares de Cultura, da União Nacional dos Estudantes; a campanha "De Pé no Chão Também se Aprende a Ler", da Prefeitura de Natal, RN; e por fim, em 1964, o Programa Nacional de Alfabetização, do MEC, sob a orientação de Paulo Freire.

Estes movimentos, em grande parte apoiados pelo Estado, tiveram seu desenvolvimento truncado pelo golpe militar de 64, que suprimiu o apoio oficial e perseguiu as lideranças que os conduziam.

D. A cisão em duas frentes

O regime militar redirecionou a política governamental de educação de adultos, instituindo a partir de 1967 o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) e assinalando na Lei 5692 de 1971 o Ensino Supletivo. As concepções pedagógicas subjacentes a esta política eram marcadas pelo tecnicismo e economicismo, procurando assegurar a integração do sistema educacional à perspectiva de desenvolvimento econômico implementada no período.

As novas idéias pedagógicas experimentadas no período anterior ao golpe foram abandonadas pelo setor público, mas continuaram a inspirar as práticas de educação popular que se desenvolveram junto aos movimentos sociais de resistência à ditadura.

Percebe-se, assim, que a educação de adultos passa neste período por uma divisão em duas frentes - a oficial e a do movimento popular - que se contrapõem nos planos político e pedagógico.

D.1. A política oficial

No que concerne à política oficial, o Mobral constituiu-se na ação exemplar do regime militar. Estruturado nacionalmente em paralelo aos sistemas de ensino, o Mobral adotou uma forma de funcionamento extremamente centralizada e verticalizada. Seu objetivo foi antes de controle social e propaganda oficial que propriamente educacional. Embora apregoasse metas de erradicação do analfabetismo em curto espaço de tempo, sua ação propagandística serviu mais a ampliar a base social do regime militar corroída pelo arrocho salarial e denúncias de violação dos direitos humanos. Ao final de dez anos de atuação, o Mobral havia se constituído em uma máquina burocrática de milhares de funcionários estabelecidos em órgãos centrais; enquanto isso, os núcleos de alfabetização espalhados pelo país, membros esqueléticos de um organismo macrocéfalo, padeciam a falta de consistência político-pedagógica do programa de alfabetização e o despreparo dos monitores leigos e mal remunerados, muitos dos quais contratados por critérios clientelistas. As estatísticas do Mobral tendiam a superestimar a ação alfabetizadora, computando como alfabetizados todos os adultos inscritos nos programas e diplomando pessoas que mal desenhavam o próprio nome.

O Censo de 1980 viria a desmentir as projeções otimistas do Mobral, demonstrando que 25,55% da população com idade superior a 15 anos permanecia iletrada, reduzindo-se no período da ditadura o ritmo de declínio do analfabetismo observado na década anterior(1). Alvo de infundáveis críticas, o Mobral tentou diversificar suas ações e

(1) Veja-se FERRELL, Alceu R. "Escola e Produção do Analfabetismo no Brasil", Educação e Realidade, 12 Porto Alegre, FELEBRAS, Jul./dez. 1987, p.61-96.

desenvolveu estratégias várias de sobrevivência(2), até que foi extinto ao final de 1985, sendo substituído pela Fundação Educar.

Sob a designação de **Ensino Supletivo**, a Lei 5692 englobou uma gama muito variada de ações educativas voltadas à população jovem e adulta, como os exames supletivos (que substituíram os antigos exames de madureza); os cursos de suplência ministrados em classes, através de instrução personalizada, via rádio, TV ou correspondência; o ensino profissionalizante promovido pelo Senai, Senac e Senar; a atualização profissional, etc. Buscou-se através de uma legislação bastante flexível atender a um conjunto de necessidades colocadas pelo modelo econômico-social, em especial formar mão de obra a baixo custo e curto prazo, bem como suavizar as tensões sociais oferecendo uma perspectiva de ascensão individual pela via educacional. A função suplência, destinada a "suprir a escolarização regular para os adolescentes e adultos que não a tenham seguido ou concluído na idade própria", foi concebida como uma modalidade transitória, que se tornaria desnecessária à medida que o ensino fundamental fosse universalizado (3).

O balanço de mais de 15 anos de implantação do Ensino Supletivo(4) revelou que as oportunidades de escolarização oferecidas foram quantitativamente insuficientes face a demanda potencial e não alcançaram os mínimos padrões de qualidade ao qual a população jovem e adulta tem direito. Deve-se admitir, porém, que o Ensino Supletivo teve uma implantação real e se encontra organizado em todo o território nacional, embora conte com recursos financeiros, materiais e pedagógicos escassos e não disponha de educadores adequadamente preparados como determina a Lei. Verificou-se também que a suplência foi assumida de forma muito precária pelos sistemas públicos de ensino, deixando que o setor privado ocupasse largos espaços na manutenção de cursos supletivos, programas teleducativos e produção de livros didáticos. Este é um dos fatores que influi na seletividade sócio-econômica registrada para o acesso, permanência e progressão no sistema de educação supletiva, que de resto reproduz os mesmos mecanismos seletivos do sistema regular de ensino.

(2) Veja-se FAIVA, Vanilda P. "Estratégias de sobrevivência do Nobral (Um desacerto autoritário III)". Belo Horizonte, *Síntese*, 9 (25), mai./ago. 1982, p. 57-91.

(3) Veja-se CHAGAS, Valdir. *Parecer 699/72 do Conselho Federal de Educação*.

(4) Veja-se NABOOD, Sérgio & SIQUEIRA, M.C.D.P. *Diagnóstico dos estudos e pesquisas sobre Política, Estrutura e Funcionamento do Ensino Supletivo na Função Suplência*. São Paulo, CED1, 1988, Vol.1.

II. Um Perfil da Alfabetização de Adultos no Brasil, Hoje

A. Quem promove a alfabetização dos adultos

Se é fato que as oportunidades de acesso da população jovem e adulta a cursos de alfabetização é reduzida face o enorme contingente de analfabetos existente no país, é fato também que os programas e projetos de alfabetização de adultos existentes hoje são numerosos e diversificados.

A população sem instrução não possui recursos para pagar escolas particulares, de modo que as instituições privadas de ensino geralmente não se dedicam à alfabetização de adultos, à exceção de algumas escolas confessionais que mantêm cursos de alfabetização sem fins lucrativos.

A Fundação Educar é o principal organismo de fomento à alfabetização de jovens e adultos, atuando através de convênios com órgãos públicos (secretarias estaduais e municipais de educação; ministérios; fundações e autarquias federais, estaduais e municipais; universidades), empresas, igrejas e organizações não governamentais (associações de moradores, sindicatos, entidades assistenciais, etc). A Fundação Educar informa que em 1988 o total de alunos conveniados(5) seria de 1.684.736, o que corresponde a menos de 10% da população sem instrução com 15 anos ou mais. Ainda no que se refere ao setor público, poucas são as secretarias estaduais e municipais de educação que mantêm com recursos próprios programas de alfabetização de adultos.

De parte da sociedade civil, há uma infinidade de pequenos projetos de alfabetização de jovens e adultos promovidos por associações de moradores, igrejas, sindicatos, movimentos populares e empresas, cujo atendimento global não é possível contabilizar. Dentre eles, alguns têm maior abrangência, como é o caso do Movimento de Educação de Base (MEB) da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, com atuação nas regiões Norte e Nordeste, ou do Serviço Social da Indústria (SESI), com atuação na região Sudeste.

Os movimentos populares mantêm projetos de alfabetização de adultos porque concebem a leitura e a escrita como instrumentos importantes à conscientização e organização popular. Como o ensino público não atende a toda a demanda e o faz sem a necessária qualidade, os movimentos sociais optam por gerir seus próprios projetos educativos, exigindo do poder público o suporte financeiro para o desenvolvimento dos programas. Estes projetos de educação popular, cuja origem remonta à década de 60 e que tiveram importância na reorganização dos movimentos populares de resistência à ditadura na década de 70, continuam a ser desenvolvidos em todo o país. Algumas experiências ganharam notoriedade, como o Projeto de Educação Básica da Baixada Fluminense, organizado pelas associações de moradores e Dioceses de Duque de Caxias, Nova Iguaçu e São João do Meriti e apoiado

(5) Os dados referem-se ao **convênio**, uma categoria de financiamento adotada pela Educar que não corresponde ao atendimento escolar efetivamente executado.

pela Unicef e Fundação Educar, que chegou a receber um prêmio internacional da Unesco. São também bastante conhecidos os programas de alfabetização de adultos organizados por associações comunitárias na região metropolitana de Recife (PE) ou em Ceilândia (DF), bem como o Projeto Seringueiro, desenvolvido no Acre pelo Conselho Nacional de Seringueiros. Há porém um sem número de iniciativas desta natureza que não repercutem na imprensa e permanecem desconhecidas. Grande parte dos programas de alfabetização de adultos organizados pelos movimentos populares é apoiada pela Fundação Educar através de convênios de cooperação financeira e técnica.

Algumas indústrias, empresas agrícolas e de serviços mantém cursos de alfabetização de adultos como parte de sua política de formação de recursos humanos. Estas iniciativas têm se multiplicado no período recente, especialmente devido à incorporação de novas tecnologias aos processos produtivos, que passam a requerer o letramento da mão de obra mesmo em ocupações pouco qualificadas.

A.1. Dependendo do beneplácito de Brasília...

Quando em fins de 85 extinguiu-se o Mobral, imediatamente criou-se a Fundação Educar. Uma comissão de educadores de adultos nacionalmente reconhecidos foi convidada a formular as diretrizes político-pedagógicas da "nova" instituição(6).

A inovação mais significativa introduzida no sucedâneo do Mobral foi a transformação de órgão executor em órgão de fomento, que passaria a apoiar técnica e financeiramente programas de alfabetização de adultos organizados pelos sistemas públicos de ensino e por organismos da sociedade civil. Foi assim que projetos diferenciados de alfabetização de adultos construídos mediante a análise da realidade local e respeitando as peculiaridades do grupo social ao qual se destinam, puderam ser apoiados pela Educar. Rompeu-se assim, ainda que parcialmente, o paralelismo da ação do Mobral em relação às redes de ensino e o distanciamento observado no período anterior entre a alfabetização promovida pelo governo e aquela realizada pelos movimentos e organizações populares.

Nem tudo, porém, transcorreu tão tranquilamente como se poderia supor a princípio. A Educar não superou de todo a herança do Mobral, persistindo a concentração de pessoal e recursos nos órgãos centrais, a desqualificação dos educadores, a superestimação do atendimento nas estatísticas oficiais e certas práticas clientelistas.

O apoio da Educar aos programas de alfabetização se consubstancia na assinatura de um convênio de cooperação técnica e/ou financeira, renovável anualmente. Este procedimento gerou constantes conflitos: a Educar atrasa sistematicamente o pagamento das parcelas do convênio, cuja renovação anual não é garantida. Os programas de

(6) Fundação Educar: Diretrizes político-pedagógicas. Brasília, Educar, 1986, n.p.

MEC.SEB. FUNDAÇÃO EDUCAR. Diretrizes para uma política nacional de educação básica de jovens e adultos. Brasília, Educar, 1988.

alfabetização de adultos conveniados à Educar passaram a depender de morosas negociações com as coordenações estaduais e central do órgão, frequentemente afetadas por variáveis políticas. O problema agravou-se em 1989, quando grande parcela dos convênios de financiamento não foram renovados, especialmente em relação às prefeituras da região centro-sul do país. Percebe-se assim que a democratização dos recursos destinados à alfabetização de adultos não foi alcançada, pois sua liberação depende do aval da Educar, cujos critérios e contabilidade não têm a transparência exigida pela sociedade.

B. A formação dos alfabetizadores de adultos e o papel da Universidade

B1. Caracterização do educador de adultos

Os educadores de adultos constituem hoje no Brasil um grupo que, embora pouco numeroso, é bastante heterogêneo. Uma tentativa de caracterização dos educadores de adultos permite-nos distinguir ao menos dois subgrupos: os titulados e os leigos.

Os professores titulados receberam uma formação (bastante precária) restrita ao ensino regular e infantil. Sua motivação para trabalhar com os adultos está ligada à obtenção de um salário complementar àquele obtido na docência junto às crianças, que constitui seu trabalho principal. Estes professores tendem a transpor aos adultos os conteúdos e métodos empregados na educação infantil, o que condiciona suas possibilidades docentes. Fato similar ocorre junto aos professores leigos, que na falta de outro referencial tendem a reproduzir na educação de adultos os modelos de sua própria educação. No caso destes últimos, os limites do trabalho docente são agravados pela ausência de domínio científico das disciplinas que ministram.

Outra distinção é aquela existente entre os educadores profissionais, ligados às redes de ensino, e os educadores voluntários, ligados aos movimentos populares.

O fato da educação de adultos ser um setor pouco expressivo nas redes de ensino incide sobre a carreira docente, limitando as possibilidades de remuneração e ascensão funcional. Assim sendo, os quadros do magistério em educação de adultos tendem a ser compostos por profissionais em início de carreira, contratados a título precário, com escassa experiência e parca formação. A rotatividade destes professores é muito grande, pois assim que podem optar por posição mais vantajosa, abandonam a educação de adultos. Esta rotatividade impede que os profissionais acumulem experiência e sejam formados no processo de trabalho.

Junto aos movimentos populares, os "monitores" de educação de adultos são quase sempre leigos que tentam compensar as limitações inerentes à precária formação escolar de que dispõem através do compromisso político com o grupo de educandos e as lutas da comunidade em que estão inseridos. O voluntariado, entretanto, dificilmente se

sustenta por longo tempo face às exigências da sobrevivência impostas aos grupos populares, o que faz com que também aí a rotatividade dos educadores seja muito grande e o acúmulo de experiências pequeno.

O quadro acima esboçado indica para o conjunto dos educadores, sejam eles habilitados ou leigos, profissionais ou voluntários, uma formação muito precária para o exercício da educação de adultos. As instituições educacionais interessadas na inovação pedagógica e melhoria da qualidade do ensino dos jovens e adultos têm pois enormes tarefas a enfrentar no campo da formação dos educadores.

B.2. As Universidades e a educação de adultos

Diante do quadro atual do analfabetismo e das dificuldades que persistem no campo da formação de educadores de adultos, seria de se esperar um envolvimento profundo das universidades brasileiras com esta temática. Este compromisso, porém, não tem ocorrido. A maioria das instituições de ensino superior não mantém programas no campo da educação de adultos e, quando o fazem, recebem escasso apoio institucional e não integram satisfatoriamente as dimensões de ensino, pesquisa e extensão(7). Há, pois, um enorme caminho a percorrer no âmbito das universidades no que concerne a seu comprometimento com as grandes dificuldades relacionadas à educação de adultos no país e que necessita ser trilhado com urgência.

III. Desafios do momento presente

O momento atual da educação de adultos no país é de redefinição nos planos metodológico, político e jurídico. Apontaremos alguns dos desafios colocados nesta conjuntura, indicando temas para um debate:

A. O reordenamento jurídico

A nova Constituição estendeu à população jovem e adulta o direito à educação básica pública e gratuita e determinou que seja oferecido ensino noturno adequado às especificidades da população trabalhadora. A lei complementar de Diretrizes e Bases da Educação Nacional definirá como a educação de jovens e adultos será oferecida. Esta Lei já está sendo discutida pelo Congresso Nacional, sendo muitos os projetos em debate, desde aqueles que reproduzem a estrutura atual do ensino supletivo (como no projeto do CFE), até aqueles que tendem a suprimi-lo (como no projeto do Dep. Fed. Otávio Elísio). Cabe aos educadores, assim como aos demais segmentos sociais, acompanhar e participar do debate legislativo sobre a nova LDB, interferindo na redefinição dos rumos que serão dados à educação de jovens e adultos.

(7) Veja-se: HADDAD, Sérgio. Promoção de Programas de Alfabetização, Pós Alfabetização e Educação de Adultos com a Vinculação das Instituições de Ensino Superior no Brasil. CEDI, set. 1988, 35 p.

Também já está em andamento no Congresso Nacional a Comissão que trata do **Plano Nacional de Educação**, cuja elaboração foi determinada pela Constituição. Um dos temas que certamente será objeto deste plano refere-se à estratégia de universalização do ensino básico e erradicação do analfabetismo, posto que a Constituição estabeleceu (art. 60 das Disposições Transitórias) que nos dez primeiros anos após sua promulgação deveriam ser concentrados esforços neste sentido.

B. Mudanças políticas no horizonte

As eleições presidenciais deste final de ano devem redefinir os horizontes políticos do país. É de se esperar que o novo presidente eleito implemente modificações na política educacional em geral e na política de educação de adultos em particular. Os destinos da Fundação Educar, da política de alfabetização de adultos e do ensino supletivo dependem em grande parte das novas diretrizes que o Ministério da Educação venha a receber. Os presidentiáveis não têm se pronunciado com clareza a este respeito, o que torna a visibilidade da futura política de educação de adultos mais nebulosa do que se poderia desejar. Será difícil, porém, que o futuro presidente escape de uma definição política a este respeito, pois sua posse se dará em pleno **Ano Internacional da Alfabetização**, ainda sob o impacto dos últimos resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (1987) que revelou o crescimento do índice de analfabetismo, fato inédito na história do país.

C. Para onde vai a metodologia de alfabetização de adultos?

O pensamento pedagógico de Paulo Freire serviu como matriz para quase todos os programas de alfabetização de adultos desenvolvidos numa perspectiva de educação popular promovidos após 1960. A contribuição de Paulo Freire estende-se da filosofia da educação à epistemologia, e desta à metodologia de ensino, porém o que mais se conhece de sua obra é aquilo que se convencionou chamar "método Paulo Freire" de alfabetização de adultos.

Embora a contribuição de Paulo Freire para o pensamento pedagógico brasileiro e mundial esteja consagrada, e seus pressupostos venham sendo reafirmados, muitos educadores têm se questionado quando à validade do "método" de alfabetização que lhe é atribuído, buscando novas formulações a partir de contribuições recentes da psicologia cognitiva e da linguística. A forte influência que as pesquisas de Emilia Ferreiro vem exercendo sobre a alfabetização de crianças tem repercutido entre os alfabetizadores de adultos, que buscam novas formulações metodológicas, sem no entanto abandonar os princípios filosóficos de Paulo Freire. Esta síntese teórica ainda não se encontra formulada de maneira consistente e é um dos desafios colocados na ordem do dia.

BIBLIOGRAFIA:

Além dos autores citados nas notas, foram consultados:

HADDAD, Sérgio. Breve histórico da política de educação de adultos no Brasil. IN: **Anais da IV CBE**. São Paulo, Cortez, 1988, Tomo 2, p. 921-931.

PAIVA, Vanilda P. **Educação Popular e Educação de Adultos**. 2 ed. Rio de Janeiro, Loyola, 1983, 368 p.

----- Estrategias de cooperación entre entidades estatales y no gubernamentales en el campo de la alfabetización y la educación de adultos. IN: **Estado y organismos no gubernamentales en America Latina**. UNESCO. OREALC/CEAAL. Santiago do Chile, 1988.

UNESCO.OREALC. **Formación, capacitación y perfeccionamiento de docentes de centros de educación básica de adultos**. Santiago, Chile, abril de 1988, 77p.